

A informatização do inventário: um novo instrumento de gestão diária do Museu Municipal de Faro.¹

Dália PAULO²

Breve história da Inventariação no Museu

O Presidente João José da Silva Ferreira Neto em sessão camarária de 22 de Fevereiro de 1894 propõe que “no dia 4 do proximo mez de março, pelo meio dia, em consideração aos serviços prestados à pátria por um vulto tão proeminente da nossa história³, se procedesse à inauguração d’um Museu Archeologico denominado **Museu Archeologico Lapidar Infante D. Henrique**”. Foi assim que às 11 horas do dia 4 de Março “se declara solemnemente inaugurado o «Museu Municipal» sôb a denominação de «Museu Archeologico e Lapidar Infante D. Henrique»” (BOTTO, 1899: IX).

O Cónego Joaquim Pereira Botto, primeiro conservador do Museu, elaborou o *Plano Fundamental da Organização do Museu Archeologico Lapidar Infante D. Henrique*, aprovado em sessão camarária de 15 de Março de 1894. Este documento demonstra uma preocupação na organização/ inventariação do espólio, bem visível nestas alíneas⁴:

“3.º Methodo remissivo na annotação dos quadros ou etiquêtas, com registo das principaes consociações da jazida archeologica.

4.º Matrícula dos monumentos doados ou depositados em livro de honra com a indicação nominal dos dotadores ou depositantes⁵ (foto 1).

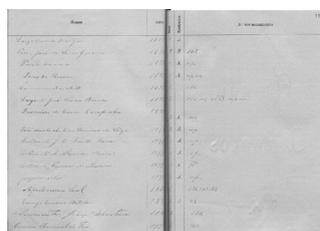


Foto 1 – Livro de dotadores do Museu Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique (século XIX)

¹ Texto redigido em 2002

² Arqueóloga. Chefe de Divisão de Museus Municipais e Directora do Museu de Faro (2002-2009).

³ Comemorava-se o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique.

⁴ Bem como demonstra uma preocupação com dois aspectos que ficaram esquecidos, durante muito tempo, a necessidade de inventariar e relacionar o inventário com os sítios arqueológicos. O Museu Municipal de Faro tem espólios de diversas intervenções arqueológicas mas não possui os respectivos cadernos de campo, desenhos ou fotografias, plantas topográficas ou outros, que constituem elementos fundamentais para que a peça não perca o seu significado e valor históricos. Deve realçar-se que só a partir de 1999 com o Decreto lei n.º 270/99 de 15 de Julho esta questão é legislada, art. 16º, alínea 7.

⁵ Este livro contém as seguintes indicações: n.º de ordem, denominação, observação, quem doa, ano.

5.º O simples depósito de qualquer monumento é garantido por documento camarariamente chancellado entregue ao depositante ficando registado em escripturação especial” (BOTTO, 1899: XI).

O inventário estava organizado por livros de registo divididos por salas de exposições, a começar sempre no número 1. Não havia inventário contínuo e a colecção de numismática⁶ tinha, também, um livro e numeração próprias (foto 2).

A Pereira Botto se deve a organização e classificação meticulosa do espólio. Constituído, inicialmente, por 218⁷ peças exclusivamente de cariz arqueológico. Esta meritória acção leva a que a Câmara seja louvada em 1895 pela Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (ROSA, 1969: 123).

O Museu estava instalado no edifício dos Paços do Concelho em três salas, como o demonstra o primeiro catálogo do Museu da autoria de Pereira Botto - *Glossário Critico dos Principaes Monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique* de 1899 (foto 3) – o qual estava organizado, tal como os livros de inventário, por salas.

Em 1914 o Museu muda-se para a Igreja dos Capuchos (foto 4), tendo como director Justino Bívar. É neste período que a colecção do museu se expande e começam a entrar novos objectos - deixando de ser uma colecção exclusivamente arqueológica – tais como algumas pinturas sacras retiradas de edifícios que deixaram de ter função religiosa, como por exemplo o Paço Episcopal e o Seminário e outras de cariz monárquico como

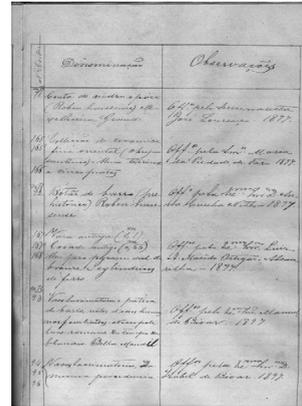


Foto 2 – Livro de Inventário – organizado por Pereira Botto



Foto 3 – Catálogo do Museu Archeologico e Lapidario Infante D. Henrique – 1899



Foto 4 – A exposição do Museu quando instalado na Igreja dos Capuchos, Faro

⁶ Continha vários campos: n.º de ordem, anverso – tipo e legenda, reverso – tipo e legenda, observações – metal, consociação e procedência

⁷ Das quais 21 já pertencentes à autarquia, 44 da colecção de Pereira Botto e os restantes de várias pessoas, tais como Leite de Vasconcelos ou Santos Rocha.

retratos de reis. Não ficou qualquer registo de entrada das peças no Museu desde o final do século XIX, mais precisamente 1898, data do último registo, até 1944 aquando do registo (foto 5) da colecção Ferreira d'Almeida⁸. Não se trata do inventário mas de uma lista de objectos contendo a designação e a proveniência, mas sem descrição nem informações adicionais.

Contudo, esta situação não se verificou por descuido de Justino Bívar pois, segundo seus contemporâneos, ele apontava tudo num célebre “caderno de papel almaço” que desapareceu após a sua morte (ROSA, 1969: 16).

A organização/ numeração do inventário actualmente em funcionamento no Museu, coincide com a sua transferência para o Convento Nossa Senhora da Assunção onde, actualmente, está instalado e data do final da década de sessenta, realizada por Pinheiro e Rosa (foto 6). Este inventário é constituído por fichas manuais em papel A4⁹ que dão bastante destaque às observações (foto 7), muitas das fichas têm transcrições inteiras

Foto 5 – A lista das peças da colecção Ferreira de Almeida

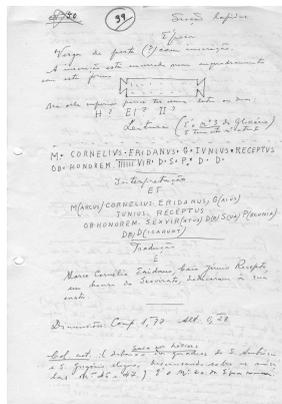


Foto 6 – Ficha de Inventário de Pinheiro e Rosa

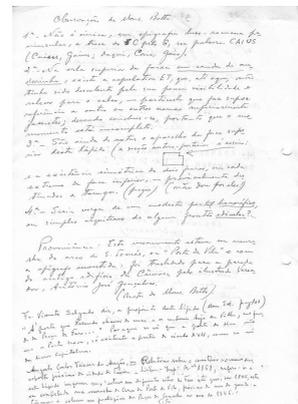


Foto 7 – Os comentários, as observações e transcrições bibliográficas – ficha de Pinheiro e Rosa

de artigos publicados sobre o objecto, em vez de se limitar a indicar a bibliografia. Não continham qualquer fotografia ou desenho do objecto descrito e eram encabeçadas com o tipo de colecção: cerâmica, mobiliário, lapidar.

No final da década de setenta, inícios de oitenta, as fichas A4 dão lugar a Fichas de Inventário em cartão (foto 8), para arquivar em armário vertical, nas quais já havia espaço para possível fotografia, o qual foi ocupado por um desenho da peça e na parte de trás da ficha campos específicos para a fotografia (foto 9), que também nunca foram preenchidos.

⁸ Diplomata farense que doa todo o seu espólio (pintura, móveis, cerâmica, vidros, livros) ao Museu Municipal em 1944.

⁹ Privilegiavam os seguintes campos: breve descrição da peça, dimensões, proveniência, colocação actual e observações.

MUSEU ARQUEOLÓGICO INFANTE D. HENRIQUE

N.º 503

SECCÃO

REGISTO DE SECCÃO

N.º

LIVRO PÁG.

REGISTO GERAL

N.º

LIVRO PÁG.

REGISTO ANTIGO

N.º 39

LIVRO PÁG.

OBJETO: *Limtel da Porta de um edifício* (A. 39)

ASSUNTO: *Arquitetura de uma casa com decoração. E. Bagnat*

AUTOR: _____ ASSINATURA _____

ÉPOCA: *Reino de II* LOCAL E DATA _____

MATERIAL: *Mármore* PESO _____ DIÁMETRO _____

INDIÇÕES: ALTEZA: *290* MM X COMPRIMENTO: *1700* MM X LARGURA _____ MM X ESPESURA: *210* MM

PROVENIÊNCIA: *Faro - (Ferreira de Almeida)*

INCORPORAÇÃO DE _____ DE 19 _____

N.º DE CADASTRO _____

Foto 8 – Ficha de inventário em cartão do Museu

FOTOGRAFIAS

CLICHE N.º _____ DATA _____/_____/_____ CAIXA N.º _____

CLICHE N.º _____ DATA _____/_____/_____ CAIXA N.º _____

FOTOGRAFO: _____

OBSERVAÇÕES

Exp. 5/76 - Sala de Arqueologia (Faro de Faro)

Foto 9 – Ficha de inventário - o espaço destinado ao registo fotográfico

Nos inícios da década de noventa o espólio foi na sua maior parte fotografado e organizado em dossiers, os quais, porém, não tinham qualquer relação com as fichas de inventário.

O acervo do Museu é constituído por cerca de nove mil e quinhentas peças, das quais cerca de três mil na área da Arqueologia. As colecções estão organizadas da seguinte forma: número sequencial para todas as colecções¹⁰, mas com a distinção antes do número, o tipo de colecção: Arq. – Arqueologia; FA – Ferreira de Almeida; SA – Santo António.

A necessidade de informatizar/ porquê informatizar?

“É necessário considerar o objecto para além do seu valor estético, ultrapassando a fase contemplativa, e atribuir-lhe novas funcionalidade relacionadas com a carga informativa que possui ou pode produzir” (ANTUNES, 1999:94).

A necessidade de informatização das colecções, do Museu Municipal de Faro, prendeu-se com os seguintes aspectos:

- organização interna do museu: rapidez de acesso à informação, normalização, junção numa mesma ficha a informação, antes, dispersa por diversas pastas;
- tornar o acesso e “uso” das colecções mais rápido para a equipa técnica do museu e para os investigadores que nos procuram;
- cumprir um dos objectivos da nova missão:¹¹ documentar para preservar;
- flexibilidade no tratamento da informação.

Informatizar para nós significa trabalhar para a comunidade/sociedade. É um serviço pouco visível mas imprescindível se quisermos desenvolver um trabalho de qualidade, quer a nível de investigação, quer ao nível de elaboração de exposições ou acções do Serviço Educativo.

¹⁰ Com excepção da colecção Ferreira de Almeida que tem números separados, desde a sua integração no Museu em 1944.

¹¹ A Missão do Museu Municipal de Faro é investigar, conservar, **documentar, valorizar, adquirir** e difundir os testemunhos materiais do Homem na área do Concelho de Faro e numa perspectiva regional com o objectivo de construir uma Memória e Identidade locais que visem um desenvolvimento local integrado e sustentado, para fins de estudo educação e deleite.

É um trabalho que exige meios humanos e materiais especializados, tempo, continuidade e uma atitude de reflexão e crítica, não rotineira/monótona. É importante passar esta mensagem, de um processo aberto, às tutelas, por vezes difícil por ser um trabalho de bastidor, cuja aplicação prática só se faz sentir algum tempo mais tarde.

O Museu Municipal de Faro em 1998 contratou dois técnicos superiores - com formação na área da arqueologia e património cultural - para realizar o trabalho de informatização da colecção, primeiro com um monoposto de trabalho (trabalhavam alternadamente) e em 2001 com dois postos de trabalho.

O Museu Municipal de Faro adquire o programa de inventário informático – *Inarte*¹² - em 1996. Contudo, só em 1998, é que o trabalho realmente começa. É necessário estarmos conscientes de que o programa informático que se adquire não é uma panaceia, mas um instrumento que possibilita uma melhor gestão de colecções se for bem utilizado, não é um fim em si mesmo mas um meio de tornar os nossos espólios mais vivos, dinâmicos e acessíveis. Para isso, é necessário seguir normas de inventário internacionalmente aceites, como as do ICOM (Internacional Council of Museums) e as que foram sendo publicadas pelo IPM (Instituto Português de Museus).

A normalização das fichas de inventário, dificultada pela imprecisão e a omissão das fichas manuais, é um trabalho lento e exigente e que deve ser feito com o máximo de objectividade e respeito pelo objecto a inventariar¹³. A transposição das “deliciosas” fichas manuais com pouca informação e a recolha de mais informação em arquivo, devem ser tratadas de forma o mais normalizada possível, com vista a uma melhor compatibilização com outros museus e inventários.

A falta de informação que temos sobre os objectos que constituem o denominado Fundo Antigo do Museu, não vai aparecer só porque se transferiu a informação para um programa de base de dados; é importante que o técnico que está a informatizar perceba que há campos que não se podem preencher, pois a informação da ficha de inventário tem que ser o mais objectiva possível. É preciso perceber a diferença entre investigação para o inventário e para o estudo tipológico/histórico/contextual do

objecto, dado que o inventário transforma o objecto museológico em documento com indicações várias que constituem a sua história de vida.

A informatização permite-nos, pois, relacionar todos os objectos de uma colecção, bem como analisar o objecto/documento de diversos pontos: as exposições em que participou, os vários restauros que sofreu, as várias publicações em que participou.

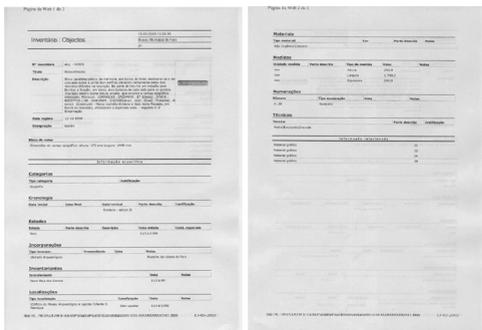


Foto 10 - Ficha de inventário – Inarte Plus

¹² Comercializado pela empresa Sistemas do Futuro.

¹³ As dificuldades dos técnicos de inventário, de início, foram muitas: primeiro, perceber que no inventário as descrições devem ser breves, que os diversos campos completam a descrição; mas sobretudo na transposição das categorias antigas para as categorias normalizadas do IPM. Muitos objectos foram verdadeiros quebra-cabeças.

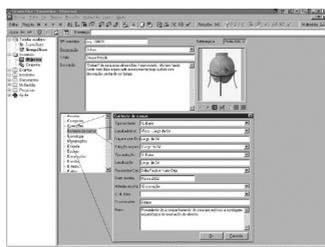


Foto 11 – Caixa para o contexto de campo

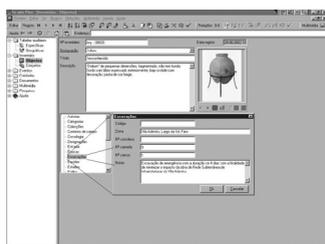


Foto 12 – Caixa para a informação adicional sobre a escavação

As fichas de inventário do *Inarte Plus* (foto 10) são bastante flexíveis, com vários campos em que apenas o número de inventário é de preenchimento obrigatório. Este sistema permite-nos a personalização da ficha consoante as necessidades da colecção que estamos a tratar e a informação que dispomos de momento. Por exemplo, para as peças arqueológicas temos duas caixas adicionais: contexto de campo e escavações (foto 11 e 12), as quais contêm informações importantíssimas para uma peça proveniente de um contexto arqueológico, tais como: coordenadas do sítio, método de recolha, o recolector, tipo de estação, n.º de camada, n.º de campo.

A inventariação através do *Inarte Plus* da colecção de arqueologia é apenas dos objectos arqueológicos que têm valor museológico e não de todos os fragmentos de objectos, cerâmicos ou outros, que o museu possui em reserva¹⁴.

Este novo instrumento de gestão diária dos museus tem imensas potencialidades, pois permite a realização de tarefas no início do estudo de uma colecção; na selecção das peças a expor, na informação rápida, normalizada, sistematizada e fiável a conceder a investigadores e público em geral, no acesso a objectos não expostos ou cedidos para exposições fora do museu.

Na era da tecnologia e da sociedade de informação através das quais podemos ter acesso à informação a partir das nossas casas, o Museu começou a sentir necessidade de disponibilizar a informação das suas colecções via Internet, devido aos constantes pedidos a solicitar informação, quer por parte de investigadores, quer de pessoas ligadas à divulgação turística.

Neste momento estamos a trabalhar nos seguintes aspectos: revisão das fichas de inventário; actualização de fichas de objectos entretanto estudados; revisão de denominações com vista a uma mais adequada gestão e normalização do inventário; inserção de fotografias em ficha (trabalho já realizado a 80%); inventariação de novo material arqueológico proveniente de sondagens realizadas no quintal do convento N.ª Sr.ª da Assunção (actual Museu);

Este trabalho de quatro anos visa ser disponibilizado ao público via Internet, para isso contamos com a parceria da empresa Sistemas do Futuro que nos desenhou a página Web. (foto 13).



Foto 13 – Imagem desenhada pela empresa Sistemas do Futuro – página Web

¹⁴ São programas diferentes na organização e intencionalidade. Este espólio sem valor museológico, no caso do Museu Municipal de Faro, ainda não tem um tratamento informático e organizacional em reservas como pretendemos que venha a ter.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Luís Pequito (1999), “Sistemas de documentação e gestão da informação nos museus”, *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 17, Lisboa p. 91-99.

CHORÃO, Margarida e SILVEIRA, Adolfo (1999), “O Matriz no Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 17, Lisboa p. 101-109.

BOTTO, Joaquim Maria Pereira (1899), *Glossário Crítico dos Principais Monumentos do Museu Archeológico Infante D. Henrique*, Faro.

BOTTO, Joaquim Maria Pereira (s/d) Dotadores do Museu Archeologico Lapidar Infante D. Henrique (manuscrito).

BUCK, Rebecca e GILMORE, Jean Allman (1998), *The New Museum Registration Methods*, Washington DC, American Association of Museums.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998), *Manual de Museología*, Editorial Síntesis.

SILVA, Raquel Henriques da et ali (coord.) (2000) Inquérito aos Museus de Portugal, Instituto Português de Museus.

RAPOSO, Luís (1993), “Museus Portugueses com colecções de arqueologia”, *Almadan*, II série, n.º 2, Almada, p.

RAPOSO, Luís (1997), “Arqueologia em diálogo: o papel dos Museus”, *Arkeos*, n.º 1, Actas do 1.º colóquio de Gestão do Património Arqueológico, Tomar.

RAPOSO, Luís (2001) *Normas de Inventário Arqueologia*, Instituto Português de Museus.

ROSA, José António Pinheiro (1969), *Três Pessoas e um Museu*, “Separata dos Anais do Município de Faro”, n.º 1.

ROSA, José António Pinheiro (1969), *História do Museu Arqueológico Infante D. Henrique*, “Anais do Município de Faro”, n.º 1, p. 121-156.

